

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE EMANCIPAÇÃO: APROXIMAÇÕES ENTRE LUIZ GAMA E PAULO FREIRE¹

Education as a Practice of Emancipation: similarities between Luiz Gama and Paulo Freire

Eliel Santos Melo²

Dailza Araújo Lopes³

Valter Luiz dos Santos Marcelo⁴

Resumo: Este trabalho buscou analisar as aproximações entre Luiz Gama e Paulo Freire a partir da compreensão da educação como prática de emancipação e resistência em contextos de opressão. Fundamenta-se teoricamente nas obras *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2024), *Primeiras trovas Burlescas e Outros Poemas* (Gama, 2000), *Luiz Gama* (Santos, 2010). Além de autores como Frantz Fanon (1961), bell hooks (2013), Brandão (2007), Silva e Araújo (2005), Althusser (1970), entre outros que contribuem para a reflexão sobre opressão, libertação e o papel político da educação. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica, com caráter teórico e interpretativo. As análises permitiram compreender, a partir da teoria de Freire e da trajetória de Gama, que a educação é um campo de disputa simbólica, sendo possível compreendê-la como um dispositivo de libertação, capaz de romper com estruturas históricas de dominação. Infere-se que os ideais de justiça social, liberdade e emancipação defendidos por ambos convergem na contemporaneidade para a construção de uma educação crítica, decolonial e antirracista, que busca valorizar os saberes historicamente silenciados, confrontar os mecanismos de opressão que ainda estruturam a nossa sociedade.

Palavras-chave: Decolonialidade. Emancipação. Educação.

Abstract: This study sought to analyze the convergences between Luiz Gama and Paulo Freire based on the understanding of education as a practice of emancipation and resistance within contexts of oppression. The theoretical framework is grounded in the works *Pedagogy of Oppressed* (Freire, 2024), *Primeiras Trovas Burlescas e Outros Poemas* (Gama, 2000), and *Luiz Gama* (Santos, 2010). It Further draws upon authors such as Frantz Fanon (1961), bell hooks (2013), Brandão (2007), Silva and Araújo (2005), and Althusser (1970), among others

¹ Este artigo foi apresentado como trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia (Melo, 2025).

² Pedagogo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: elielism.melo@gmail.com /. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3053-0212>.

³ Pedagoga pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB. Mestra em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA) e doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). E-mail: dailza.lopes@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0537-076X>.

⁴ Geógrafo pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia e Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: valtermarcelo@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2438-3726>.

who contribute to the reflection on oppression, liberation, and the political role of education. The methodology adopted was a qualitative approach through bibliographic research, characterized by a theoretical and interpretive nature. From the analysis conducted, drawing on Freire's theory and Gama's trajectory, it is understood that education is a field of symbolic dispute, functioning as a device for liberation capable of breaking historical structures of domination. It is inferred that the social justice, freedom, and emancipation ideals that both sought and believed in converge in contemporary times toward the construction of a critical, decolonial, and anti-racist education. Such education aims to value historically silenced knowledge and confront the mechanisms of oppression that still structure our society.

Keywords: Decoloniality. Emancipation. Education.

1 Notas introdutórias

A educação, em diferentes tempos e contextos, pode configurar-se como uma prática capaz de romper processos de silenciamento e exclusão social. Nesse contexto, quando apropriada por sujeitos historicamente marginalizados e silenciados, a educação torna-se um importante instrumento de resistência, denúncia e anúncio de novos horizontes de vida (Arroyo, 2014). Nessa perspectiva, compreender a trajetória e as experiências de Luiz Gama (1830-1882) a partir do pensamento de Paulo Freire (1921-1997), pode ser fundamental para refletirmos sobre o papel transformador da educação no enfrentamento de condições de opressão, seja esta racial, social ou política.

Luiz Gama, no século XIX, foi um homem negro e intelectual que buscou por meio da educação, transformar a sua escrita em arma política contra os poderosos daquela época. Seja como poeta, jornalista ou advogado, sua palavra escrita tornou-se denúncia e anúncio da possibilidade de liberdade e cidadania (Fonseca, 2011). Paulo Freire foi um importante educador, filósofo e teórico-educacional brasileiro. Nasceu no Recife-PE em 1921 e faleceu em São Paulo em 1997. Deixando um legado grandioso na educação, não só no Brasil, mas no mundo, por sua vez, no século XX, teorizou a partir da vivência das injustiças sociais e políticas que o Brasil atravessava em sua época, formulando assim uma pedagogia comprometida com a libertação dos oprimidos. Dessa forma, entende-se que ambos compreenderam a linguagem e palavra como um ato político e transformador, no qual o sujeito se reconhece como protagonista de sua história e é capaz de intervir na sua realidade e tempo histórico por meio de um pensamento crítico e consciente do seu lugar no mundo.

No bojo dessa discussão, a educação, entendida como prática de liberdade, conforme Freire (1967), é um ato profundamente humano que deve possibilitar ao indivíduo reconhecer-se como sujeito histórico capaz de transformar a realidade em que vive. Para o autor, ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas sobretudo, criar as condições para que o educando construa sua própria compreensão do mundo, na busca pela superação da sua consciência ingênua de forma a alcançar uma consciência crítica.

Portanto, essa perspectiva educacional em Freire tem como objetivo romper com a perspectiva de uma educação bancária, ou seja, aquela que apenas deposita saberes (Freire, 2024, p. 87). Nesse sentido, ele propõe uma educação dialógica, na qual educador e educando aprendem juntos na busca pela libertação. Seguindo essa lógica, hooks⁵ (2013) também reforça

⁵ A escritora Gloria Jean Watkins, utilizou o nome bell hooks em letras minúsculas como um ato político para focar a atenção na sua obra e ideias, e não na sua pessoa ou ego. A escolha também prestava homenagem à sua bisavó, conhecida por sua firmeza, e buscava combater o individualismo e a glorificação pessoal.

essa perspectiva quando escreve que a sala de aula pode ser um espaço de emancipação e resistência, quando o processo educativo valoriza as vozes silenciadas e promove a escuta, o afeto e o pensamento crítico. Nesse ínterim, “compreender a educação como transformação social, pressupõe ver o homem não como mero reservatório, depósito de conteúdos, mas sujeito construtor da própria história e em consequência, capaz de problematizar suas relações com o mundo” (Schram; Carvalho, 2007, p. 7).

Aponta-se assim, a relevância da presente discussão, pois investiga a potência da educação como um dispositivo de denúncia, transformação e emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos, mas também reflete as inquietações vivenciadas ao longo da minha trajetória de vida, sobretudo agora no percurso da minha formação em um espaço ainda muitas vezes excludente que é o espaço acadêmico.

Ademais, reitera-se a significância deste texto tanto no campo acadêmico quanto no social, ao propor uma reflexão crítica sobre as contribuições de Luiz Gama enquanto poeta, jornalista e advogado abolicionista e Paulo Freire enquanto educador e teórico da pedagogia, para uma compreensão contemporânea da educação como prática dialógica, emancipadora e transformadora. Sendo assim, inspirado por uma motivação pessoal de quem reconhece na educação a possibilidade de superação das dificuldades e de reconstrução de si, mas também na construção social do outro, esta investigação busca demonstrar de que maneira o ato de educar pode romper as amarras da opressão e fortalecer processos de conscientização. Além disso, o estudo poderá ampliar o diálogo entre literatura, história e filosofia da educação, ao aproximar dois pensadores que, embora separados historicamente, convergem na defesa da justiça social, da liberdade, do republicanismo e da democracia.

Nesse sentido, as discussões aqui propostas podem contribuir para defender o legado de Paulo Freire que nos últimos tempos vem sofrendo ataques violentos por parte de um sistema político neoliberal e extremista que tenta a todo custo descaracterizar a sua importância e relevância acadêmica, e para o resgate da memória de Luiz Gama, que historicamente esteve silenciado nos espaços de produção do conhecimento, bem como para a crítica a uma tradição educacional de base eurocêntrica que ainda perpetua o racismo estrutural, conceito que para a filósofa Djamila Ribeiro (2019) é um sistema que nega direitos à população negra e concede privilégios à branca, enraizado na história de escravidão no Brasil e presente em todas as instituições sociais.

A partir do exposto, a pesquisa que orientou as discussões ao longo do texto foi a seguinte: em que medida os ideais de Luiz Gama e de Paulo Freire, poderão constituir-se como um dispositivo educativo de emancipação e resistência em contextos de opressão na contemporaneidade? O presente texto tem como objetivo geral analisar, a partir da trajetória de Luiz Gama e das reflexões de Paulo Freire, como a educação pode se constituir como um dispositivo de emancipação e resistência em contextos de opressão.

De Luiz Gama, serão analisados seus poemas, artigos e discursos que se encontram nas obras *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* (Gama, 2000), edição preparada e organizada por Ligia Fonseca Ferreira e *Luiz Gama* (Santos, 2010). Com Paulo Freire, será trabalhada principalmente a obra *Pedagogia do Oprimido* (2024), por ser uma importante obra, na qual o educador sistematiza conceitos fundamentais, como opressão, conscientização, denúncia e anúncio, os quais servirão de eixo teórico para a análise dos escritos de Gama, e sua trajetória de vida, buscando trazer aproximações entre os dois autores. Também como aportes teóricos serão utilizados alguns autores que poderão trazer contribuições importantíssimas nas discussões como, Brandão (2007), Frantz Fanon (1961), hooks (2013), entre outros.

A reflexão proposta, a partir deste trabalho, busca evidenciar que o poder da educação, assim como nos versos satíricos de Gama, ou na pedagogia dialógica de Freire, pode ser capaz de transformar consciências e reconfigurar realidades opressoras. Portanto, o presente trabalho configura-se a partir de uma abordagem qualitativa, dentro de uma perspectiva de pesquisa bibliográfica de natureza teórica.

2 Notas metodológicas

A pesquisa se constitui como um dos pilares fundamentais da produção do conhecimento científico, sendo responsável por sintetizar reflexões, levantar hipóteses e buscar respostas para problemas que emergem da realidade social. De acordo com Gil (2008), pesquisar é um processo de investigação que visa tanto ampliar o conhecimento já existente quanto possibilitar a construção de novas interpretações sobre os fenômenos estudados.

Lakatos e Marconi (2003), reforçam que a pesquisa, quando desenvolvida em âmbito acadêmico, não apenas contribui para a formação crítica do pesquisador, mas também para a transformação da sociedade, ao articular teoria e prática em um processo contínuo de compreensão e intervenção. Sendo assim, pesquisar é muito mais do que reunir informações; é um exercício de rigor, criticidade e comprometimento com a produção de saberes que dialoguem com as questões sociais existentes.

O texto em questão, adota uma abordagem qualitativa, por compreender que a realidade social e educacional é constituída por significados, relações e valores que não podem ser quantificados. Segundo Lüdke e André (2018), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua principal fonte de dados e o pesquisador como seu instrumento fundamental, sendo voltada à interpretação e à compreensão dos fenômenos em sua realidade. Nesse sentido, este estudo procura interpretar as concepções de Paulo Freire sobre emancipação e libertação humana em contextos de opressão por meio da educação a partir da experiência de vida de Luiz Gama, buscando analisar como, ambos em contextos históricos diferentes, construíram uma prática pedagógica da resistência.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada para o desenvolvimento do tipo de pesquisa anteriormente descrita, porque permite compreender as ideias de Freire e Gama não como simples objetos analíticos individuais, mas como expressões históricas e simbólicas de luta contra a opressão. Por meio dessa perspectiva, esta pesquisa busca valorizar o diálogo entre pensamento, linguagem e contexto, reconhecendo a dimensão humana e política existentes no ato de educar.

Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórica, fundamentada nas obras *Primeiras Trovas Burlescas & outros Poemas* (Gama, 2000), *Luiz Gama*, (Santos, 2010), e *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2024). De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Essa modalidade permite que o pesquisador revise autores, conceitos e reflexões acerca de determinado assunto, possibilitando a construção de novas interpretações, dando novos sentidos a partir do diálogo entre diferentes perspectivas teóricas. Para Lakatos e Marconi (2003), esse tipo de investigação exige um exercício crítico de leitura e síntese, no qual o pesquisador relaciona as ideias já produzidas para propor compreensões mais amplas e consistentes sobre o tema estudado.

O percurso metodológico para este trabalho foi desenvolvido em duas etapas principais; a) Leitura analítica e interpretativa das obras de Paulo Freire e Luiz Gama, com foco nas concepções de opressão e emancipação em Freire, buscando identificar esses conceitos no

contexto histórico vivenciado por Luiz Gama e de que maneira ele conseguiu superar a opressão, vindo a emancipar-se em uma sociedade escravocrata do século XIX; b) Sistematização crítica e reflexiva dos resultados, articulando as ideias de Freire com a trajetória de Gama, em uma perspectiva teórico-educacional que evidencie a educação como prática social de transformação e liberdade.

A escolha por essa metodologia se justifica pelo caráter reflexivo e interpretativo que ela proporciona, alinhando-se ao propósito desta pesquisa, que é compreender essencialmente o poder da educação como um dispositivo de emancipação em meio às estruturas de opressão. Assim, parte-se do princípio de que toda pesquisa é também um ato ético e político, um exercício de leitura crítica do mundo e de compromisso com a transformação da realidade.

Ao estudar sobre a trajetória de vida de Luiz Gama, bem como as concepções teórico-educacionais de Paulo Freire, esta metodologia não se limita a uma análise conceitual, mas se orienta pela busca de sentidos que contribuam para pensar uma educação de fato libertadora e humanista.

3 Educação: um conceito construído por muitas lentes

Mas o que é “Educação”? E o que é o ato de “Educar”? Antes de nos aprofundarmos nas discussões que se seguirão, precisamos entender esses conceitos tão caros a todos nós enquanto sociedade que acredita na mudança por meio de tais ações.

Podemos então, perceber que a educação e o ato de educar não se limitam a processos formais de ensino, mas abrangem o desenvolvimento integral do ser humano, envolvendo dimensões intelectuais, morais, físicas e culturais. A educação aparece, portanto, como um fenômeno social amplo, que ultrapassa a transmissão de conteúdos e se constitui como prática formadora, capaz de orientar os sujeitos em suas relações com o mundo e com os outros (Brandão, 2007).

Dessa forma, educar implica em estimular as potencialidades, bem como construir sentidos, promover a autonomia e, sobretudo, possibilitar que indivíduos se reconheçam como agentes históricos inseridos em determinados contextos sociais. Portanto, entende-se que a educação, longe de ser um ato meramente técnico, ela é uma prática social carregada de intencionalidades, valores e disputas, justificando assim, a importância de aprofundarmos as análises que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho.

A educação, em seu sentido mais profundo, ultrapassa os limites da instrução formal e se constitui como uma prática social que reflete e interfere nas relações de poder, longe de ser neutra, ela é, portanto, marcada por intencionalidades que podem reforçar a dominação ou promover a libertação dos sujeitos. Segundo Brandão (2007), a essência da educação não é única; ela existe de múltiplas formas em mundos diversos. No sentido mais amplo, a educação está misturada com a própria vida. O autor afirma que:

Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (Brandão, 2007, p. 10).

Para Brandão (2007), a educação sempre esteve nas relações entre povos, mas nem sempre de forma neutra. Na maioria dos casos, ela foi usada como instrumento de dominação por grupos que se impuseram sobre outros. Na visão do autor, a educação se apresenta como um fenômeno social amplo, que surge inicialmente nas interações cotidianas, sem instituições formais ou professores e, com o tempo, se transforma em um sistema organizado, com escolas, métodos e especialistas, servindo também aos interesses de quem detém o poder, conforme pode-se acompanhar nas reflexões a seguir:

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (Brandão, 2007, p. 10).

Neste sentido, é possível compreender que a educação é, antes de tudo, um campo de disputa simbólica, no qual diferentes projetos de sociedade se confrontam, e que, portanto, entender que neste espaço o saber não é neutro; ela expressa as relações de poder, ideologias e interesses, tanto podendo reproduzir as estruturas da dominação quanto questioná-las. Neste contexto, o Brasil mesmo após a abolição do sistema escravocrata em 1888, o então Estado brasileiro tentou se organizar para a promoção do ensino, logo na Primeira República. Contudo, isso ainda não incluía educar a população negra. Dessa forma, perpetuando as suas estruturas de dominação sobre os corpos negros, negando-lhes o direito tanto à sua existência como também ao saber formal (Silva; Araújo, 2005, p. 69).

Ainda nessa perspectiva, Jessé Souza (2021), ao discutir a formação social brasileira, argumenta que o racismo no Brasil não se estruturou apenas através da violência física da escravidão, mas também por mecanismo simbólicos e institucionais de dominação que neutralizaram a exclusão da população negra e pobre. Segundo o autor, as elites brasileiras construíram historicamente discursos legitimadores da desigualdade, monopolizando os espaços de produção do conhecimento e definindo quais sujeitos seriam reconhecidos socialmente como dignos de mérito, inteligência e humanidade. Dessa forma, compreender a educação como um campo de disputa simbólica implica reconhecer que o racismo estrutural também atua na produção, validação e circulação dos saberes considerados legítimos.

O Estado brasileiro, de fato nunca quis que a população negra e pobre tivesse o acesso à educação, isso só foi possível através da pressão popular e dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras deste país, incluindo o movimento negro que atuou como ator político na reivindicação dos direitos da população negra, frente à percepção das desigualdades que afetam historicamente o referido grupo (Gomes, 2017). E mesmo assim, quando foi possível que essas pessoas tivessem acesso à educação por meio das escolas, estas sempre estiveram a serviço do Estado para a manutenção da ordem e do *status quo*. Pois “a sociedade é contraditória e, portanto, apresenta nela própria, situações de opressão, reflexo de atos de injustiça marcado pelas desigualdades sociais, próprios da sociedade capitalista, já que existe aquele que oprime e aquele que é oprimido, gerando um contexto de violência” (Schram; Carvalho, 2007, p. 7).

Para Jessé Souza (2021), a exclusão educacional das populações negras e pobres não deve ser compreendida como um acidente histórico ou uma simples falha estatal, mas como parte de um projeto estrutural de manutenção das desigualdades sociais e raciais no Brasil. Segundo o autor, as elites construíram discursos de mérito e competência que ocultam as

desigualdades históricas de acesso ao conhecimento, transformando privilégios herdados em aparentes conquistas individuais. Nesse contexto, negar educação significava também negar reconhecimento social, participação política e humanidade aos sujeitos historicamente oprimidos.

Nessa perspectiva, é possível relacionar este entendimento à visão de Althusser (1970), que compreende a escola como um aparelho ideológico do Estado, responsável por formar sujeitos de acordo com os interesses da classe dominante. Assim, pensar a educação como prática de liberdade e emancipação implica reconhecer que ela é também um território de conflito entre o silenciamento e a fala, entre a opressão e a autonomia, entre o “ser menos” e o “ser mais”, conforme Freire (2024).

4 Contextualizando o conceito de opressão: possibilidades dialógicas entre Paulo Freire e Luiz Gama

O conceito de opressão, elaborado por Freire (2024) na obra *Pedagogia do Oprimido*, constitui um dos eixos fundamentais de sua proposta teórico-educacional e político-pedagógica. Para o educador, a opressão é uma realidade histórica produzida por relações de poder desiguais que negam a humanidade dos sujeitos subalternizados. Ou seja, na visão freireana a opressão se constitui como uma violência estrutural que impede tanto o oprimido de se constituir como sujeito autônomo, quanto o opressor de reconhecer sua própria humanidade. Desse jeito, “a desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica” (Freire, 2024, p. 40, grifo do autor).

Freire, então, denuncia a lógica da opressão como um processo de silenciamento e de dominação cultural, em que os oprimidos são levados a interiorizar a visão de mundo dos opressores, reproduzindo, assim, sua condição de subalternidade. Ele ainda observa demonstrando a seguinte preocupação:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. [...] somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora (Freire, 2024, p. 43).

Essa dimensão que Freire traz acima, evidencia que a opressão não é apenas externa, mas também internalizada, configurando um auto desafio político e pedagógico, ou seja, a necessidade de conscientizar-se criticamente de modo que os sujeitos possam romper com o fatalismo e assumirem-se como agentes protagonistas e transformadores das realidades que os cercam.

Essa reflexão aproxima-se, portanto, das contribuições de Frantz Fanon (1961), em sua obra *“Os condenados da terra”*, em que ele vai discutir sobre a opressão colonial como um processo de desumanização. Ele então afirma que:

Não se demonstrou talvez suficientemente que o colonialismo não se contenta em impor a sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. O colonialismo não se contenta em apertar nas suas redes o povo, em esvaziar o cérebro colonizado de qualquer forma e conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, orienta-se para o passado do povo oprimido, distorce-o, desfígura-o, aniquila-o (Fanon, 1961, p. 218-219).

Neste sentido, entendemos que o autor destaca que a opressão atua não apenas pela exploração econômica, mas, pela tentativa de negar a identidade cultural do sujeito impondo-lhes outra língua e outra cultura. Tal perspectiva converge com Freire (2024), no reconhecimento de que a libertação implica recuperar a voz, a memória e a cultura dos povos oprimidos.

A concepção de opressão em Freire (2024) não se limita apenas a uma descrição sociológica das relações de dominação, mas constitui uma categoria ética, política e pedagógica. Ela implica reconhecer que a educação não é, e nem poderia ser neutra; pode servir tanto para perpetuar a opressão, ao reproduzir a cultura dominante, quanto para combatê-la, ao passo em que também possibilita processos de conscientização crítica.

Segundo Freire (2021, p. 108), “[...] para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a ser encarnados”. Portanto, no bojo dessa discussão, compreende-se que a opressão é um fenômeno histórico e estrutural, mas também, que a luta contra ela, passa necessariamente pelo exercício da educação, mas não é qualquer educação, é uma educação libertadora que perpassa não somente pela palavra, mas pela reflexão-ação-reflexão-ação e pela construção coletiva de novas possibilidades de *ser mais*.

Neste sentido, Gama se aproxima da teoria freireana na pedagogia do oprimido, pois “[...] os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsabilmente” (Freire, 2024, p. 11), e que de acordo com Oliveira (2025):

Esse nome, Luiz Gama, filiado a uma linha de insatisfação social e racial, mas de gozo literário também, representa muito para todos os amantes da justiça e das democracias, que, como ele, lutam por “todos os pobres, todos os infelizes”. Ele foi um homem, tornou-se emblema humanitário, que acenou a um sentimento de coletividade, pois foi incapaz de sentir-se pleno em um mundo eivado de levandades. A sua memória permanece enquanto a convocação de esperança. É imprescindível disseminar o pensamento de Gama e seu firme ideal de justiça (Oliveira, 2025 p. 32).

Dessa forma, pode-se compreender que em sua atuação, Luiz Gama esteve empenhado em promover a justiça social, através da luta abolicionista, mas também pela libertação de pessoas que ainda estavam em processo de escravização. Assim, compreende-se que Freire e Gama tinham na educação um caminho na busca pela igualdade de oportunidades, um mecanismo de defesa dos direitos humanos e do combate às formas de opressão que permeavam as sociedades das suas épocas: um em contexto de colonialismo⁶ outro em contexto de colonialidade³.

4.1 Luiz Gama e o enfrentamento da opressão no século XIX

A partir do conceito freireano de opressão, é possível compreender a trajetória de vida e a escrita satírica de Luiz Gama (Gama, 2000; Santos, 2010) como expressões de resistência,

⁶ “Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a ‘descoberta’ e Colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019. p. 41).

política, social e pedagógica em uma sociedade marcada pela escravidão e pela negação de direitos às populações negras do Brasil no século XIX.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama, mais conhecido como Luiz Gama, “nasceu em Salvador, Bahia, no dia 21 de junho de 1830, tendo como mãe, Luiza Mahin, que era uma mulher negra e livre, e como pai, um fidalgo da família tradicional baiana” (Santos, 2010, p. 93). Segundo Ferreira (Gama, 2000), bem como os autores, Santos (2010) e Oliveira (2025), Luiz Gama foi vendido pelo próprio pai aos dez anos de idade para um mercador de pessoas para a escravização, a fim de pagar dívidas de jogos. Isso ocorreu após Luiz Gama perder o contato com a sua mãe, em virtude de esta ter participado do que ficou conhecido como a *Revolta dos Malês*, no ano de 1835, em Salvador, Bahia, sendo presa por isso. Não há consenso entre os historiadores a respeito do paradeiro de Luiza Mahin, após esses acontecimentos. Ao contrário do que aconteceu com Gama, “[...] As adversidades desse período levaram escritores a considerar sua vida uma ficção literária pela personalidade constituída em um contexto totalmente desfavorável, trajetória que lhe rendeu ao longo de 52 anos as qualidades e o comportamento de herói” (Santos, 2010, p. 15).

Em um contexto em que o Brasil ainda vivia sob um regime imperialista e escravocrata. A vida de Luiz Gama revela um percurso marcado pela resistência e pela reconstrução de si em meio a opressão, o que o transforma em um verdadeiro símbolo de libertação. Portanto, a afirmação de que sua trajetória “lhe rendeu as qualidades e o comportamento de herói” encontra eco no pensamento de Paulo Freire (2024), ao compreender a educação e a consciência crítica como dispositivos de emancipação do oprimido, capazes de transformar a dor em potência criadora, e afirma que:

Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele (Freire, 2024, p. 11).

Assim como Gama, o sujeito freireano não se conforma com a condição imposta, mas luta pela humanização negada pela estrutura social dominante. Nessa mesma direção, em “*Os condenados da terra*”, Fanon (1961), evidencia que a libertação do homem colonizado exige o enfrentamento das forças históricas que o desumanizam. Desse modo, a vida de Luiz Gama pode ser compreendida como uma síntese entre a pedagogia libertadora de Freire e a descolonização do ser proposta por Fanon, por ser uma trajetória que transformou a opressão em consciência crítica e a marginalidade em luta por dignidade. Uma pedagogia libertadora ao qual não utilizou somente em seu favor, mas sobretudo para ajudar a libertar pouco mais de 500 escravizados naquela época, informação relatada pelo próprio Gama em uma de suas cartas endereçada ao amigo Lúcio de Mendonça (Santos, 2010, p. 32).

De acordo com Santos (2010), Luiz Gama viveu como escravizado doméstico dos 10 aos 18 anos de idade, na casa de um comerciante e contrabandista de escravizados, chamado Antonio Pereira Cardoso, que o comprou em virtude de Gama ser um negro baiano e sofrer rejeições por parte de outros contrabandistas, por dizerem que os negros baianos eram muitos revoltosos. Segundo Santos (2010), a partir do relato do próprio Gama, de início, ele foi levado para o Rio de Janeiro e após ser comprado pelo alferes⁷ foi levado para São Paulo. A seguir, um trecho da carta escrita por Gama, já aos 50 anos de idade em 1880, onde ele relata ao seu amigo Lúcio de Mendonça, tudo o quanto passou durante os oito anos em que foi escravizado:

⁷ Antigo posto militar, correspondente hoje ao segundo-tenente.

[...] Este alferes Antonio de Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta Província. Como já disse, tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda viagem de Santos até Campinas (Santos, 2010, p. 25).

A experiência relatada por Gama ao seu amigo, nos revela um percurso de dor e resistência que também pode ser compreendido à luz do pensamento freireano sobre a leitura do mundo. Para Freire (1989, p. 11), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, isto é, compreender criticamente a realidade é um ato de libertação à priori que antecede e orienta o próprio ato de ler e escrever. Portanto, Gama ainda menino, mesmo privado da escolarização formal durante a sua infância escravizada, aprendeu a ler o mundo a partir das contradições e violências física e simbólica que o cercavam, transformando essas experiências em consciência crítica e uma luta interior por liberdade.

Nesse sentido, sua trajetória se aproxima do que hooks (2013) inspirada em Freire (1967), denomina de “educação como prática da liberdade”, ou seja, uma pedagogia que convida à transgressão das fronteiras do silêncio e da opressão, valorizando o saber nascido da experiência e da resistência. Dessa forma, tanto Freire quanto hooks, nos ajudam a compreender um pouco mais sobre Luiz Gama como um sujeito que ao ler o mundo com olhos insurgentes, fez da palavra e do conhecimento instrumentos de emancipação e ruptura com as estruturas opressoras de seu tempo, lutando pelo fim do racismo e do sistema de exploração de classes e a cultura de dominação daquela época. Gama buscou fazer com que “seus valores e hábitos de ser viessem a refletir no seu compromisso com a liberdade” de todos os oprimidos em seu tempo histórico (hooks, 2013, p. 41).

4.2 Transgredindo uma educação colonialista e burguesa no século XIX

No século XIX, a educação no Brasil era um privilégio restrito às elites brancas e as classes economicamente favorecidas, refletindo as desigualdades sociais, raciais e de gênero da época. O ensino era fortemente influenciado pelos valores religiosos e pelo modelo europeu, voltado à formação moral e intelectual das camadas dominantes, enquanto a população negra, indígena e pobre permanecia excluída do acesso à escola. Os escravizados eram proibidos de aprender a ler e escrever, pois a alfabetização dessas classes era vista como uma ameaça à ordem social escravista. Nesse contexto, a educação funcionava como instrumento de manutenção do poder e do controle social, reforçando as hierarquias raciais e econômicas que sustentavam o sistema colonial e o nascente Estado imperial brasileiro. Como escreveram Silva e Araújo (2005):

A população escrava era impedida de freqüentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros – automaticamente esta legislação (art. 6, item 1 da Constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra escrava, que era, em larga escala, africana de nascimento. Ainda no século XIX surgiram as primeiras faculdades de medicina, odontologia, engenharia e direito, esta última fundada no ano de 1827 em São Paulo. Apesar dos subsídios do Estado, este ensino possuía um custo altíssimo, e era destinado quase que exclusivamente às classes sociais privilegiadas para a formação de profissionais de alto nível que iriam exercer as funções do capital e as funções políticas no país (Silva; Araújo, 2005, p. 69).

De acordo com Freire (2024), a opressão se manifesta quando alguns grupos detêm o poder de decidir, pensar e saber pelos outros, negando-lhes a possibilidade de serem sujeitos de sua própria história. Nesse sentido, o acesso desigual à educação no século XIX representa

exatamente essa dinâmica opressora: ao negar a leitura, a escrita e o pensamento crítico aos negros, indígenas e pobres relegando a estes um histórico de desigualdades sociais. Sobre isso, Freire escreve:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura outra vocação - a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (Freire, 2024, p. 41).

Assim, justamente contra essa lógica perversa que Freire propõe uma educação problematizadora, voltada à emancipação, a partir da leitura crítica do mundo e a construção coletiva do saber que “quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios” (Freire, 2024, p. 47).

Segundo Santos (2010), Gama começou a alfabetizar-se somente a partir dos 17 anos. Guiado por sua sede de justiça e liberdade que ele entendeu desde cedo que só seria possível por meio do conhecimento das primeiras letras e da leitura, ou seja, da educação formal que até então, só as elites tinham acesso. Então, ele recebe a ajuda de um jovem estudante que se hospedou na casa a qual ele era mantido como um escravizado. De certo, este jovem também comungava com os ideais abolicionistas, embora isso seja apenas uma suposição. Abaixo, um trecho da carta escrita por Gama:

Em 1847, contava eu com 17 anos quando para a casa do Sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antonio Rodrigues do Prado Junior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos e residente em Mogi-Guaçu, onde é fazendeiro (Santos, 2010, p. 27).

A partir disso, já então aos 18 anos, sabendo ler e escrever, Gama investiga e encontra provas irrefutáveis (Gama, 2000; Santos, 2010), que lhe garantem à liberdade, ele então foge da casa do alferes e foi alistar-se no exército, ficando durante seis anos, sendo expulso por uma suposta insubordinação. Luiz Gama foi muito determinado em seu propósito de vida que era lutar pela liberdade. Portanto, “não teve dúvidas de que o caminho das letras também poderia levar à liberdade e empenhou-se em aprofundar seus conhecimentos no domínio da leitura e da escrita” (Santos, 2010, p. 28).

Para a Prof^a Lígia Ferreira⁸ (2020), apenas o talento, por si só, não poderia explicar o surgimento de Luiz Gama como poeta em São Paulo. Mas a oportunidade diante do contexto social ao qual ele esteve inserido naquele período. Para a autora, por ser um simples funcionário na secretaria de polícia onde circulavam homens cultos, isso fez com que Gama se familiarizasse com o meio jurídico, filosófico e literário. “Ele interessou-se pela compreensão dos trâmites legais e de como funcionava a interferência das autoridades do governo e dos senhores de escravos...” (Santos, 2010, p. 28).

Luiz Gama, na sua busca pelo saber, mesmo em meio às condições de exclusão, representa a ação consciente de um sujeito que lê o mundo criticamente e busca transformar a

⁸ Lígia Fonseca Ferreira é tradutora, bacharel em Linguística e Letras Modernas (Francês e Português) pela Universidade de São Paulo e doutora pela Sorbonne - Universidade de Paris III em Estudos Brasileiros e Portugueses. Lecionou na Aliança Francesa de São Paulo, na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade de Rennes 2, Bretanha, França. Há vários anos, vem se dedicando ao estudo das relações França-Brasil e da literatura negra.

própria história. Assim, percebemos que ele encarna o sentido mais profundo da educação como prática emancipatória, defendida por Freire (2024, p. 71) ao afirmar que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão”. Dessa forma, ao compreendermos o pensamento freireano, podemos verificar que a verdadeira educação é aquela que, ao promover a consciência crítica, busca romper com as estruturas de opressão, indo em direção da libertação para além da individualidade, mas sobretudo na coletividade.

Conforme enfatiza Paulo Freire (2024), a educação é um ato político, um processo de construção da consciência crítica que possibilita ao homem reconhecer-se como sujeito histórico e agente de transformação; a partir do momento em que este compreende o mundo como um espaço de relações desiguais. Em sua obra “*Educação e Mudança*”, Freire escreve o seguinte:

Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? de onde venho? onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis a raiz da educação (Freire, 1979, p. 14).

Dessa forma, discutir o papel da educação como dispositivo de transformação social e política é reconhecer que ela não se reduz ao espaço escolar, mas se estende a todas as formas de saber que promovem a autonomia dos sujeitos. A partir do momento em que Gama toma essa consciência e possivelmente pode ter feito esses questionamentos baseados em sua realidade, essa concepção de educação como prática de transformação social e política encontra ressonância em sua trajetória. A escrita de Luiz Gama expressa, portanto, um exercício de libertação. Seus textos, especialmente os reunidos em sua obra “*Primeiras Trovas Burlescas*”, primeiramente publicada em 1859 e republicada em 1861, demonstram isso. Quando ele escreve o poema “*Quem sou eu*” como forma de rebater as críticas e o preconceito racial em sua época.

[...]
Se sou negro, ou sou bode,
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda a casta,
Pois que a espécie é muito vasta...
Há cinzentos, há rajados,
Baíos, pampas e malhados,
Bodes negros, *bodes brancos*,
[...] (Gama, 2000, p. 13).

Ao dominar a palavra escrita, Gama não apenas rompeu com a condição imposta pela escravidão, mas utilizou o conhecimento adquirido para lutar contra ela, denunciando as contradições de uma sociedade escravocrata e expondo a hipocrisia das elites letradas da época. Em sua obra recém-lançada e intitulada *Gamacopeia: (des)efabulações poéticas de Luiz Gama*, o professor doutor Sílvio Roberto Oliveira (2025), escreve que:

Gama foi um homem especial e um poeta inovador: um defensor da justiça em seu máximo sentido, da liberdade acima de tudo, mas alicerçado em ética e princípios elevadíssimos. O Grande Cidadão, um epíteto por muitos utilizado e que a ele cabe muito bem; foi também, sem que uma faceta venha a alijar a outra, um poeta que antecipou um tipo de visão de recusa e de ancestralidade presente na escrita negra (Oliveira, 2025, p. 30).

Gama transformou o espaço da palavra em um espaço de luta, articulando o saber e o direito como ferramentas de justiça e liberdade. Assim, sua prática intelectual antecipa, de certo modo, a pedagogia libertadora freireana, ao afirmar que a educação, seja ela, “formal ou não” é um caminho de emancipação individual ou coletivo.

4.3 Luiz Gama e Paulo Freire: vivências opostas e ideais contemporâneos

De alguma forma, Luiz Gama também exemplifica a disputa simbólica pela educação ao conseguir ser alfabetizado não pelas vias formais que somente as elites dispunham à época e, ao transformar a palavra escrita em arma de liberdade e emancipação em favor de outros. Sua escrita, marcada pela ironia e pela denúncia, confronta os discursos racistas e elitistas do século XIX, desestabilizando a ordem simbólica que legitimava a escravidão e o preconceito racial.

Ao apropriar-se da norma padrão da língua, o ex-escravizado então inverte o jogo de poder, demonstrando que o conhecimento é um meio de resistência. Em Gama, o ato de escrever é, portanto, um ato político, assim como em Freire quando diz que a educação não é neutra, mas sobretudo, “educar é um ato político” (Freire, 1980). Ato este, que permitiu a Luiz Gama devolver a palavra outrora negada, em forma de crítica àquela sociedade. Como defende Freire (2024, p. 109), “dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens”.

Paulo Freire, por sua vez, sistematiza em sua obra o que Gama vivenciou na prática: a ideia de que a educação deve ser um ato libertador, voltado à conscientização e à transformação do mundo, pois “transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (Freire, 2024, p. 51). Nessa perspectiva, a educação pode ser compreendida como reflexão-ação-reflexão-ação, que busca desvelar as estruturas da dominação e construir uma nova consciência social. Assim, a educação se torna ato de liberdade, exercício de humanidade e resistência frente à negação da existência do outro.

Embora Luiz Gama nunca tenha teorizado alguma coisa sobre a educação em seus escritos, a sua trajetória de vida, por outro lado, é exemplificada por Paulo Freire quando teoriza a “pedagogia do oprimido”. Pois, a grande virada de chave na vida de Gama acontece a partir do momento em que ele é alfabetizado nas primeiras letras e passa utilizar-se dos sistemas de leitura e escrita como dispositivo de denúncia e anúncio; denúncia da opressão e exclusão e anúncio de dias melhores na esperança de uma abolição plena e total.

Hoje, ao ler e pesquisar sobre a escrita e atuação abolicionista de Gama em seu tempo histórico, podemos perceber que ele antecipa debates contemporâneos como por exemplo a Lei 12.711/2012 que trata das cotas raciais para ingresso em universidades públicas, a luta por uma educação antirracista, quando despertamos o interesse em “como ser um educador antirracista” (Pinheiro, 2023), bem como ao revelar-nos que o saber institucionalizado sempre esteve atravessado por hierarquias raciais e por mecanismos de exclusão decorrente do que Cida Bento (2022) nomeia de “pacto da branquitude”.

Desse modo, percebe-se que tanto Gama quanto Freire se colocam frontalmente em favor desse processo decolonial⁹ (Quijano, 2005): Gama por meio de uma insurgência jurídico-literária que combate o “racismo institucional” que equivaleria a ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados

⁹ “A decolonialidade deriva da noção de colonialidade do poder, concebida na virada dos anos 1980 para 1990 pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1930-2018) e trata da matriz do poder característica da modernidade” (Itaú Cultural, [2026]).

pelo racismo” (Werneck, 2016, p. 543), alcançando sua forma estrutural, que “corresponde a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais” (Werneck, 2016, p. 541); Freire por meio de uma pedagogia que visa reconstruir a dignidade humana dos sujeitos historicamente oprimidos.

Neste sentido, percebe-se que os ideais de liberdade e emancipação que os dois buscavam e acreditavam, se convergem na contemporaneidade para a construção de uma educação crítica, decolonial e antirracista, que busque valorizar os saberes historicamente silenciados, a fim de confrontar os mecanismos de opressão que ainda estruturam a nossa sociedade.

Seus pensamentos, então, contribuem para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, como o avanço do racismo institucional, bem como os ataques à diversidade cultural e a crescente tentativa de neutralização política da escola (movimento escola sem partido). Dessa forma, podemos perceber a atualidade do legado de Gama e Freire: ambos defendem uma liberdade comprometida com a vida, com a dignidade e com a emancipação. E tudo isso só é possível por meio da educação.

5 Notas finais

As ideias aqui iniciadas devem ser entendidas como uma proposta teórico-reflexiva mais ampla e como um exercício complexo de pensar o contexto da educação em épocas e vivências diferentes, por isso, se configura como um caminho, e não como uma finitude. Sendo assim, não tem como intenção esgotar as possibilidades interpretativas, mas sim provocá-las.

Ademais, estas reflexões buscaram compreender, a partir de Paulo Freire e Luiz Gama, como a educação pode ser entendida como um espaço de disputa simbólica e de construção da liberdade em contextos de opressão. Portanto, o estudo apresentado reafirma a importância da educação como um ato de coragem e esperança. Em tempos marcados por novas formas de silenciamento, pensar com Gama e Freire é renovar o compromisso com uma pedagogia da e para a liberdade, na qual o aprender e o ensinar se constituem como gestos de resistência, amor e humanidade. Por fim, é possível que pesquisas futuras possam ampliar o diálogo aqui iniciado, incorporando outros autores pensadores e pensadoras que também contribuem para a compreensão de uma educação emancipatória.

Após as análises realizadas, percebe-se que os ideais de Luiz Gama e de Paulo Freire, constituem-se como dispositivos educativos de emancipação e resistência em contextos de opressão na contemporaneidade, quando infere-se que ambas ideias são atemporais, e pode-se considerar como uma antecipação de debates contemporâneos em torno do acesso de pessoas negras aos processos de escolarização desde a educação básica, bem como ao ensino superior, à luta em favor da justiça social empenhada pelos movimentos sociais e negros, como por exemplo a Lei 12.711/2012 que trata das cotas raciais para ingresso em universidades públicas, de combate ao racismo estrutural, a defesa em prol da educação antirracista e decolonial, da justiça social e desmonte da branquitude.

Dessa forma, espera-se que o presente texto possa ser um despertar reflexivo para a contribuição de Freire e Gama, através da atualidade dos ideais propostos frente dos desafios contemporâneos da educação brasileira, os quais ideais de liberdade e emancipação se convergem para a construção de uma educação crítica, decolonial e antirracista, que busque valorizar os saberes historicamente silenciados; Gama através da insurgência jurídico-literária e Freire por meio de uma pedagogia que visa reconstruir a dignidade dos sujeitos historicamente oprimidos.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970. Disponível em: https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/474230/mod_resource/content/1/Louis%20Althusser%20-%20Ideologia%20e%20Aparelhos%20Ideol%C3%B3gicos%20de%20Estado-Editora%20Martins%20Fontes%20%281980%29.pdf . Acesso em: 20 set. 2025.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRANDÃO, Carlo Rodrigues. **O que é educação**. 49ed. São Paulo: Brasiliense, 2007
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 41.
- FERREIRA, Lígia Fonseca. (2008). Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Teresa**: Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n. 8-9, p. 300-321. Disponível em: <https://revistas.usp.br/teresa/article/view/116741>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- FERREIRA, Lígia Fonseca (org.). **Lições de resistência**: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Introdução e notas. São Paulo: Sesc São Paulo, 2020.
- FRANTZ, Fanon. **Os condenados da terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961. Tradução de Serafim Ferreira. Disponível em: [https://www.kufunda.net/publicdocs/Frantz%20Fanon%20-%20Os%20Condenados%20da%20Terra-Editora%20Ulisseia%20\(1961\).pdf](https://www.kufunda.net/publicdocs/Frantz%20Fanon%20-%20Os%20Condenados%20da%20Terra-Editora%20Ulisseia%20(1961).pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Tradução de Moacir Gadotti e Lílían Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. Educar é um ato político. **Diário do Povo**, [S.l.], 14 ago. 1980. p. 6.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 90. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.
- GAMA, Luiz, 1830-1882. **Primeiras Trovas Burlescas & outros Poemas**. Edição de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ITAÚ CULTURAL. Decolonial. **Ancestralidades**, São Paulo, [2025]. Disponível em: <https://www.ancestralidades.org.br/termos-e-conceitos/decolonial>. Acesso em: 29 nov. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

OLIVEIRA, Sílvia Roberto dos Santos. **Gamacopeia**: (des)efabulações de Luiz Gama. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. 9. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **En libro**: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.227-278. Disponível em: <http://www.liberdadeerevolucao.com.br/wp-content/uploads/2018/02/49715997-Colonialidade-do-poder-eurocentrismo-e-America-Latina-Anibal-Quijano.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário brasileiro da língua portuguesa**. Jequié: ponto e Vírgula, 2012.

SANTOS, Luiz Carlos. **Luiz Gama**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVA, Geraldo; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. *In*: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 65-78.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. O pensar educação em Paulo Freire: para uma pedagogia de mudanças. **O professor PDE e os desafios da escola pública paraense**. Produção Didático-Pedagógica. 2007.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535–549. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025.

Recebido em março de 2026.

Aprovado em junho de 2026.